

Domingo de manhã

CONCURSOS PÚBLICOS Nº 01 E 02/2025

CONTADOR 32 – HOSPITAL FEDERAL BONSUCESSO (RJ) 20 – GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO (RS)

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala e aguarde o 2º sinal sonoro para **abrir** este caderno de questões e **iniciar** a prova.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Após o 2º sinal, certifique-se de que este caderno de questões:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
 - **refere-se ao número e ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



BONSUCESSO

V1_26/05/2025 13:02:38



CONCEIÇÃO



A Fundatec utiliza papel com certificação florestal e tinta biodegradável.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec

Concursos
fundatec

ISO 9001

LÍNGUA PORTUGUESA**A arte de ver o outro**

Por Gilmar Marcílio

01 Estamos perdendo consideravelmente a capacidade de estabelecer relações de acolhimento
02 e amor. Acho triste, pois precisamos desses dois sentimentos para abraçar com a alma aquele
03 que está próximo de nós. Porém, há algo ainda a ser feito para sustentar esses pilares
04 emocionais. Chegamos até aqui pela persistência em colaborar. E nessa palavra está embutido
05 um longo trajeto de renúncia ao egoístico ato de se colocar em primeiro lugar. Talvez você se
06 pergunte: como será verdade se as pessoas estão cada vez mais pensando só em si mesmas?
07 Acredito ser um sintoma temporário: creio que vamos nos exaurir de tanta individualidade. A
08 história é pendular. Ora aqui, ora acolá. Só após, o equilíbrio, também provisório.

09 Ninguém é autossuficiente o bastante para pre....indir de uma rede de apoio. Qualquer
10 existência está intrinsecamente ligada ___ demais. A ruptura desses elos pode significar o nosso
11 fim como espécie. No entanto, vejo sinais alentadores. Há muitos movimentos de solidariedade,
12 largos gestos promovendo a salvação quando somos atingidos por uma tragédia ambiental, por
13 exemplo. É comovente acompanhar tanta gente mobilizando-se em busca de uma solução ao se
14 depararem com comunidades que passaram por grandes perdas. Dá-se a isso o nome de
15 empatia.

16 Penso na magnífica arte da conversação. Vêm-me ___ mente os diálogos socráticos, nos
17 quais cada interlocutor apresenta seus pontos de vista e é acolhido pelo grupo ___ despeito de
18 eventuais divergências. Investigar diversas visões de mundo é multiplicar as experiências, pois
19 nos deslocamos para um local (imaginário) diferente do nosso. O narcísico não gosta dessa
20 prática e exatamente por isso deve-se insistir nesse propósito. Como é possível fazê-lo com
21 eficiência? Depois das triviais perguntas "olá, tudo bem, como está?", nos despirmos um pouco
22 da autorreferência. É o início de ricos encontros que geralmente desaguam em divagações
23 filosóficas, transcendendo a banalidade do dia a dia. A inteligência é altamente sedutora,
24 compete com os atrativos físicos. E há o fato de, com a passagem do tempo e o aprofundamento
25 dos contatos, sempre termos o que acrescentar no diálogo com o amigo, o colega, o vizinho. Ver
26 com paixão quem está ao lado é estabelecer uma ligação próxima ao princípio religioso de
27 unicidade.

28 Conta-se que certas tribos indígenas, conhecidas por suas admiráveis criações artísticas,
29 nunca assinam as peças produzidas. Para eles, a glória particular não tem valor algum. Visando
30 escapar de tal armadilha da vaidade assinam as obras uns dos outros. Há neste pacto uma
31 indizível beleza.

32 Veja para além dos olhos, com o corpo todo. Só assim será capaz de fazer a leitura correta
33 de cada ser.

(Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/gilmar-marcilio/noticia/2025/05/a-arte-de-ver-o-outro-cmazumqi900dq013bffhx3xa1.html> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Para o autor, a tendência é que as pessoas fiquem cada vez mais egoístas, o que aponta para um futuro cada vez mais individualista.
- II. Segundo o autor, um dos pilares que sustenta a nossa existência é o fato de termos nossas vidas interconectadas com as de outros indivíduos.
- III. Considerando a totalidade do texto, é possível inferir que uma forma de melhor perceber o outro é investir em interações genuinamente interessadas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 02 – Analise a charge a seguir e as asserções a respeito da sua relação com o texto-base desta prova:



Fonte: Sul 21 (2015).

Analise as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

- I. Tanto o texto-base quanto a charge abordam o tema do individualismo.

ALÉM DISSO

- II. Os dois textos apontam apenas cenários negativos a partir do individualismo, indicando uma sociedade sem recuperação.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento correto da I.
 B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento correto da I.
 C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
 E) As asserções I e II são proposições falsas.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 10, 16 e 17.

- A) às - à - a
 B) às - a - à
 C) às - à - à
 D) as - a - à
 E) as - à - a

QUESTÃO 04 – Considerando o emprego das figuras de linguagem, em qual dos trechos a seguir, retirados do texto-base, NÃO há a ocorrência de linguagem figurada?

- A) "[...] abraçar com a alma aquele que está próximo de nós".
 B) "Depois das triviais perguntas 'olá, tudo bem, como está?'".
 C) "[...] nos despirmos um pouco da autorreferência".
 D) "[...] ricos encontros que geralmente desaguam em divagações filosóficas".
 E) "Visando escapar de tal armadilha da vaidade".

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa que apresenta palavra que NÃO poderia substituir corretamente o vocábulo “triviais” (l. 21) por causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ele ocorre. Desconsidere eventuais alterações necessárias na estrutura da frase.

- A) Tolas.
- B) Corriqueiras.
- C) Banais.
- D) Simples.
- E) Comuns.

QUESTÃO 06 – Considerando os trechos a seguir, retirados do texto-base, assinale a alternativa na qual a palavra “se” tenha sido empregada como conjunção.

- A) “[...] renúncia ao egoístico ato de se colocar em primeiro lugar”.
- B) “Talvez você se pergunte [...]”.
- C) “[...] por isso deve-se insistir nesse propósito”.
- D) “[...] como será verdade se as pessoas estão cada vez mais pensando só em si”.
- E) “Conta-se que certas tribos indígenas [...]”.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que indica quantas outras alterações seriam obrigatoriamente necessárias caso a palavra “diálogos” fosse substituída por sua forma singular no trecho a seguir, retirado do texto-base:

“Vêm-me ___ mente os diálogos socráticos, nos quais cada interlocutor apresenta seus pontos de vista”.

- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7.

QUESTÃO 08 – Considerando a expressão “pre....indir de” (l. 09) na situação em que ocorre no texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Um sinônimo possível para tal expressão seria “dispensar”.
- B) A lacuna pontilhada deveria ser preenchida por “c”.
- C) A expressão é formada por um verbo da terceira conjugação.
- D) Em relação à sua transitividade, tal verbo é transitivo indireto.
- E) A forma verbal que compõe a expressão encontra-se no infinitivo.

QUESTÃO 09 – Na linha 11, tem-se o emprego da locução conjuntiva “No entanto”, que carrega a ideia de _____ e poderia ser substituída por “_____”, _____ necessárias alterações no período a fim de que se mantenha a mesma relação de sentido e a correção gramatical.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) condição – conquanto – sendo
- B) condição – conquanto – não sendo
- C) oposição – conquanto – sendo
- D) oposição – todavia – não sendo
- E) oposição – todavia – sendo

QUESTÃO 10 – Considerando os trechos a seguir, retirados do texto-base, assinale a alternativa na qual a palavra “que” NÃO tenha sido empregada como pronome relativo.

- A) “[...] aquele que está próximo de nós”.
- B) “[...] com comunidades que passaram por grandes perdas”.
- C) “[...] ricos encontros que geralmente desaguam em divagações [...]”.
- D) “[...] sempre termos o que acrescentar no diálogo [...]”.
- E) “Conta-se que certas tribos indígenas [...]”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

QUESTÃO 11 – Considerando as previsões da Constituição Federal de 1988 em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

- A) O subsistema da saúde está inserido no sistema social do seguro, em conjunto com os subsistemas da previdência social e assistência social.
- B) Compete ao SUS participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- C) A participação na produção de medicamentos, equipamentos e imunobiológicos é de competência do SUS, com exceção da produção dos hemoderivados.
- D) A ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde é de competência do Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Saúde.
- E) É de competência das Universidades todo desenvolvimento científico e tecnológico da área da saúde, não havendo necessidade de incremento pelo SUS.

QUESTÃO 12 – Considerando as previsões em relação ao SUS com base na Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

- A) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- B) A Lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito privativamente público.
- C) Os recursos financeiros do SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização da Agência Nacional de Saúde (ANS).
- D) O SUS poderá, em livre iniciativa e a qualquer momento, recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada, em detrimento da própria oferta de serviços, formalizadas mediante termo de compromisso entre as instituições.
- E) Na prestação de serviços de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do SUS quanto às condições para seu funcionamento, com exceção dos serviços prestados pela iniciativa privada, que possuem seu próprio regramento.

QUESTÃO 13 – Mesas de negociação, contratos internos de gestão, Câmara Técnica de Humanização (CTH), Grupo de Trabalho de Humanização (GTH), gerência de porta aberta, entre outros, são arranjos de trabalho que exemplificam dispositivos de qual diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH)?

- A) Clínica ampliada.
- B) Acolhimento.
- C) Cogestão.
- D) Valorização do trabalho e do trabalhador.
- E) Defesa dos direitos do usuário.

QUESTÃO 14 – Não basta garantir o direito ao acompanhante, é preciso que existam espaços capazes de acolhê-los, assim como não é possível assegurar e promover a inclusão da pessoa com deficiência sem a configuração de espaços e de práticas de modo universalizante. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A sensibilidade às necessidades é o primeiro passo para favorecer a inclusão dos diferentes sujeitos.
- B) Um objeto acessível é aquele que pode ser alcançado para uso. Uma vez alcançado, supõe-se que seu uso, seguro e autônomo, não seja mais uma questão de acessibilidade, e sim de usabilidade.
- C) A confortabilidade não se limita à supressão dos fatores indesejáveis e de inacessibilidade, mas envolve algo a mais, um conjunto de valores onde trabalhadores e usuários identifiquem seu mundo e suas referências nos espaços de cuidado e atenção à saúde.
- D) Utilizar o conceito arquitetônico de Desenho Compartimental ao projetar os espaços da saúde, favorece a integração e potencializa o espaço para o uso democrático dos diferentes usuários.
- E) A discussão compartilhada do projeto arquitetônico, das reformas e do uso dos espaços de acordo com as necessidades de usuários, acompanhantes e trabalhadores de cada serviço, possibilita a criação de espaços saudáveis e acolhedores e melhora o processo de trabalho e a produção de saúde.

QUESTÃO 15 – A qualidade da atenção à saúde exige a formação de pessoal específico, com domínio de tecnologias que qualifiquem a atenção individual e coletiva. É imprescindível e obrigatório o comprometimento das instituições de ensino em todos os níveis, com o SUS e com o modelo assistencial definido nas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990. Esse comprometimento se dá por meio de diversas ações, como as seguintes, EXCETO:

- A) Formulação de diretrizes curriculares que contemplem as prioridades expressas pelo perfil epidemiológico e demográfico das regiões do País.
- B) Incentivo à formação dos trabalhadores do SUS, em todos os níveis, em especial nas áreas prioritárias para o funcionamento do Sistema, incluindo gestores, por meio das escolas de governo vinculadas às Secretarias Municipais e de Estado de Saúde, escolas técnicas federais e universidades da localidade ou de sua região.
- C) Implementação de política de capacitação de docentes orientada para o SUS.
- D) Abertura de campos de estágio para a formação dos trabalhadores do SUS, tendo o trabalho como referência e eixo central do processo ensino-aprendizagem, vinculados aos princípios e aos objetivos do SUS.
- E) Incentivo aos programas de residência médica e em área profissional, adequados às necessidades da instituição de ensino e/ou estabelecimento de saúde proponente e deliberadas pelos respectivos Conselhos de Classe.

QUESTÃO 16 – O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.763/2003) completa 22 anos em 2025, consolidando-se como um marco fundamental na proteção dos direitos da pessoa idosa no Brasil. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

- A) Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.
- B) Em caso da identificação de doenças infectocontagiosas em pessoa idosa na instituição de longa permanência, a instituição deverá comunicar ao Conselho da Pessoa Idosa para as devidas providências.
- C) Entre as obrigações das instituições de longa permanência estão: preservar vínculos familiares, oferecer acomodações apropriadas para pessoa idosa e para o recebimento de visitas, promover atividades de lazer. Contudo, as instituições não são obrigadas a propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- D) Quando for necessário o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos, o agente promoverá o contato necessário com a família ou responsável para providenciar o deslocamento da pessoa até o órgão público demandante, com atendimento agendado prioritário.
- E) A pessoa idosa enferma que necessitar de atendimento domiciliar para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária poderá realizar o atendimento em instituição privada não vinculada ao SUS e, posteriormente, encaminhar o laudo para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) através de procurador legalmente constituído.

QUESTÃO 17 – Para implementar o objetivo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) de promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS, é necessário refletir sobre conceitos que dão base aos entendimentos sobre o assunto. Dessa forma, assinale alternativa que descreve corretamente o conceito de "racismo", de acordo com a cartilha "Educando para as Relações Étnico-Raciais" (2024).

- A) Comportamento social originado do preconceito, que diferencia e classifica negativamente uma pessoa em função de alguma característica aparentemente diferente ou "específica".
- B) Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre determinado assunto. Acontece quando um julgamento antecipado inviabiliza o respeito às diferenças.
- C) Forma sistêmica de discriminação baseada em raça/cor e etnia, que tem como resultado a desigualdade e a restrição de direitos nas esferas (pública e privada) da vida de pessoas não brancas, sendo construído e reproduzido a partir de relações de poder e dominação.
- D) Falas e expressões que por vezes passam despercebidos, pois parece que eles "sempre estiveram ali". Isso porque se baseiam em toda uma bagagem de aprendizados coletivos e vivências pessoais, em estereótipos raciais naturalizados com o tempo e que se materializam.
- E) Compreensão de que é necessário oferecer condições adequadas para que todas as pessoas tenham, realmente, acesso às mesmas oportunidades. Isso significa dar mais para quem precisa mais, de forma proporcional e adequada às suas circunstâncias.

QUESTÃO 18 – Considerando a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pela Portaria nº 2.836/2011, assinale a alternativa correta.

- A) A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero, embora relacionadas, não incidem na determinação social da saúde.
- B) Devido à inexistência de dados, ainda não é possível identificar se há ou não desigualdade de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais.
- C) Uma das diretrizes na elaboração de planos, projetos e ações na saúde envolve a inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero nos processos de educação permanente desenvolvidos para trabalhadores da saúde pelo SUS, não incluindo os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais, que são abarcados pelo controle social.
- D) A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incidem no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.
- E) Há uma incoerência e desalinhamento entre a interseccionalidade e a produção da desigualdade no atendimento das demandas e necessidades em saúde da população LGBT, principalmente por conta da inclusão das especificidades de raça, cor, etnia, territoriais e outras congêneres na mesma população.

QUESTÃO 19 – Uma das diretrizes do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS é o acolhimento às trabalhadoras da saúde no processo de maternagem. São ações previstas nessa diretriz:

- I. Sensibilizar as gestoras e os gestores para manutenção da carga horária e ampliação de metas de trabalho no primeiro mês após o retorno da licença-maternidade, visando à readaptação da mulher no trabalho na saúde.
- II. Flexibilizar horários de trabalho garantindo dois descansos especiais, de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho até o 6º mês de vida do bebê, além dos intervalos normais para repouso e alimentação, mesmo tratamento estendido para casos de adoção (art. 396 da CLT).
- III. Fomentar estratégias de acolhimento e respeito às particularidades das mulheres que retornam do processo de licença maternidade e necessitam de reorganização do seu processo de trabalho.
- IV. Flexibilizar horários de trabalho para mulheres lactantes trabalhadoras que retornam da licença-maternidade e desejam continuar amamentando seus filhos, para que possam sair para amamentar, visto ser vedado amamentar dentro da instituição de trabalho.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20 – Em relação às ações estratégicas da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Atendimento especializado em reabilitação e dispensação de tecnologia assistiva, aumentando as possibilidades de autonomia, independência e inclusão social da pessoa com deficiência.
- B) Instituição de linhas de cuidado, informadas por evidências científicas, voltadas às pessoas com deficiência, entre elas, mas não restrita, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pé torto congênito, trissomia do cromossomo 21, pessoas estomizadas e outras condições de saúde, considerando a lógica de atenção interprofissional, multiprofissional e interdisciplinar.
- C) Definição de fluxos para o acesso à tecnologia assistiva de acordo com critérios de equidade e funcionalidade, incluindo medicamentos, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.
- D) Ampliação e fortalecimento das ações voltadas ao diagnóstico precoce de agravos, incluindo-se as triagens neonatais, de modo a possibilitar intervenções precoces e início do tratamento, habilitação e/ou reabilitação em tempo oportuno.
- E) Articulação e integração dos diferentes pontos de atenção, considerando a centralidade da Atenção Especializada como coordenadora do cuidado e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21 – Conforme a Estrutura Conceitual da Contabilidade, sobre os critérios de reconhecimento de ativos e passivos, assinale a alternativa correta.

- A) Um ativo deve ser reconhecido apenas se for controlado legalmente pela entidade e puder ser transferido a terceiros.
- B) Um passivo é reconhecido somente quando envolve obrigações legais formalmente constituídas, como contratos assinados ou sentenças judiciais.
- C) Um ativo pode ser reconhecido quando se espera que ele gere benefícios econômicos futuros e possa ser mensurado com confiabilidade.
- D) Um passivo contingente deve ser reconhecido no balanço patrimonial com base no princípio da prudência.
- E) Os ativos intangíveis nunca podem ser reconhecidos antes da geração de receita efetiva relacionada.

QUESTÃO 22 – Com base na Estrutura Conceitual da Contabilidade, assinale a alternativa correta quanto ao conceito de Patrimônio Líquido.

- A) Representa a diferença entre ativos totais e passivos exigíveis, sendo mensurado exclusivamente com base no custo histórico.
- B) Compreende os recursos passivos líquidos investidos por terceiros na entidade, incluindo passivos contingentes.
- C) Engloba os recursos residuais atribuíveis aos proprietários da entidade, sendo ajustado por reavaliações de ativos e passivos a valor justo quando permitido pelas normas.
- D) Deve, obrigatoriamente, ser composto por reservas de lucros e capital social, sendo vedada a inclusão de ajustes de avaliação patrimonial.
- E) É um item do passivo exigível, uma vez que representa obrigações da entidade perante seus acionistas.

QUESTÃO 23 – Quanto à estrutura e às características da Administração Pública Direta e Indireta no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração Indireta é composta exclusivamente por autarquias e fundações públicas, não se admitindo a criação de empresas públicas.
- B) A descentralização administrativa é característica exclusiva da Administração Direta.
- C) Empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração Indireta, mas não se submetem ao regime jurídico-administrativo, ainda que prestem serviços públicos.
- D) A criação de autarquias exige autorização legislativa específica, enquanto a criação de sociedades de economia mista depende apenas de registro no órgão competente.
- E) A Administração Direta compreende os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – que exercem competências administrativas diretamente, com personalidade jurídica de direito público.

QUESTÃO 24 – Acerca dos princípios constitucionais da Administração Pública e sua aplicação na Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência é obrigatória para toda a Administração Pública, seja Direta ou Indireta.
- B) O princípio da eficiência exige da Administração Pública resultados positivos para o serviço público e a satisfação do interesse coletivo.
- C) Os entes da Administração Indireta, por não integrarem diretamente o Estado, estão dispensados de observar os princípios previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.
- D) A moralidade administrativa pressupõe conduta ética e transparente por parte dos gestores públicos, inclusive os vinculados às entidades da Administração Indireta.
- E) O princípio da publicidade implica que os atos administrativos devem ser divulgados oficialmente, salvo em situações legalmente justificadas de sigilo.

QUESTÃO 25 – Sobre a criação, controle e regime jurídico das entidades que compõem a Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- A) As fundações públicas sempre possuem regime jurídico de direito público, independentemente da finalidade institucional.
- B) As empresas públicas e sociedades de economia mista não se submetem ao controle finalístico exercido pela entidade supervisora, dada sua autonomia administrativa.
- C) As autarquias são criadas por decreto do Poder Executivo e possuem autonomia gerencial e financeira, mas não possuem personalidade jurídica própria.
- D) O controle sobre a Administração Indireta é exercido pelo ente instituidor, de forma a garantir que suas atividades estejam compatíveis com os fins legalmente estabelecidos.
- E) O regime jurídico das entidades da Administração Indireta é sempre de direito privado, inclusive quando prestam serviços públicos de forma exclusiva.

QUESTÃO 26 – Em relação ao tratamento contábil dos erros de escrituração identificados em períodos posteriores, assinale a alternativa correta.

- A) A correção de erro material identificado em exercício anterior deve ser registrada como ajuste de avaliação patrimonial no exercício atual, não impactando o resultado.
- B) A identificação de erro material de períodos anteriores exige a reexpressão retroativa dos saldos afetados nas demonstrações contábeis comparativas e sua republicação.
- C) A correção de erros imateriais de períodos anteriores deve ser realizada por meio de nota explicativa, sem necessidade de qualquer ajuste nos registros contábeis.
- D) Os erros materiais e imateriais são tratados de forma idêntica, conforme o princípio da uniformidade, exigindo sempre ajuste retroativo.
- E) Os erros de exercícios anteriores, mesmo se materiais, devem ser ajustados exclusivamente via contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

QUESTÃO 27 – Na análise das demonstrações financeiras, os indicadores são fundamentais para avaliar a situação econômico-financeira da entidade. Considerando a utilização adequada dos índices contábeis, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A elevação do índice de liquidez corrente pode representar melhora na capacidade de pagamento de curto prazo, mas deve ser analisada em conjunto com o ciclo financeiro da entidade.
- B) A rotação de estoques mede o número de vezes que o estoque é renovado em determinado período, sendo indicador relevante para análise de eficiência operacional.
- C) Um aumento no índice de imobilização do patrimônio líquido é sempre um sinal positivo, pois representa maior investimento produtivo da entidade.
- D) A margem líquida reflete a eficiência na formação do lucro em relação à receita líquida, sendo influenciada tanto pela estrutura de custos quanto pelas despesas operacionais.
- E) O índice de endividamento pode indicar risco financeiro crescente, especialmente quando há concentração de passivos onerosos de curto prazo.

QUESTÃO 28 – Em relação aos princípios e limites aplicáveis à gestão da dívida pública no Brasil, assinale a alternativa correta.

- A) A contratação de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital configura violação à Regra de Ouro, prevista na Constituição Federal de 1988.
- B) A dívida pública consolidada de cada ente da Federação pode ser contratada sem limites definidos, desde que respeitada a margem de disponibilidade orçamentária do exercício.
- C) A Lei Complementar nº 101/2000 prevê que a dívida pública mobiliária deve ser quitada integralmente até o encerramento do mandato do chefe do Executivo, independentemente de sua destinação.
- D) As dívidas públicas fundadas em precatórios judiciais não são contabilizadas como dívida consolidada, mas apenas como dívida flutuante.
- E) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) autoriza expressamente que a dívida pública consolidada seja aumentada nos últimos dois quadrimestres do mandato do governante, caso o crescimento seja necessário ao equilíbrio fiscal.

QUESTÃO 29 – Em relação às implicações econômicas e contábeis do endividamento público, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O crescimento da dívida pública em relação ao PIB é indicativo de aumento do risco-país, especialmente quando não acompanhado de expansão na capacidade de pagamento do Estado.
- B) A rolagem da dívida pública significa a substituição de dívidas vencidas por novas dívidas, sem que isso necessariamente implique aumento do endividamento líquido.
- C) O endividamento público de curto prazo pode ser considerado estratégia de financiamento eficiente em períodos de juros baixos e elevada previsibilidade de receitas.
- D) O custo médio ponderado da dívida pública não influencia a sustentabilidade fiscal, sendo apenas um indicador estatístico sem efeitos reais sobre as contas públicas.
- E) A transparência na gestão da dívida pública é princípio fundamental consagrado na LRF, impondo a publicação periódica de demonstrativos detalhados ao Tesouro Nacional.

QUESTÃO 30 – Com base nas possíveis configurações do patrimônio das entidades, assinale a alternativa correta.

- A) A situação patrimonial líquida nula ocorre quando o valor dos ativos é igual ao valor dos passivos, representando, nesse caso, a existência de superávit acumulado.
- B) A situação patrimonial superavitária caracteriza-se pelo predomínio dos passivos sobre os ativos, indicando que a entidade está em pleno equilíbrio econômico-financeiro.
- C) A situação patrimonial deficitária ocorre quando o ativo é inferior ao passivo exigível, e o patrimônio líquido apresenta saldo devedor.
- D) A existência de um ativo não circulante elevado e de um passivo circulante reduzido implica necessariamente uma situação patrimonial superavitária.
- E) Quando a soma do passivo e do patrimônio líquido for superior ao total do ativo, a entidade estará diante de uma situação patrimonial nula.

QUESTÃO 31 – A equação fundamental do patrimônio permite identificar as relações entre os elementos patrimoniais. Considerando isso, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Uma despesa reconhecida afeta diretamente o ativo, reduzindo-o, mas não impacta o patrimônio líquido.
- B) Um aumento no ativo e no passivo na mesma proporção não altera o valor do patrimônio líquido da entidade.
- C) A equação contábil básica expressa que o ativo é igual à soma do passivo exigível e do patrimônio líquido.
- D) A aquisição de um bem à vista configura uma permutação patrimonial, uma vez que altera apenas a composição do ativo no momento da transação, sem afetar o patrimônio líquido.
- E) Um aumento no patrimônio líquido pode resultar tanto de lucros acumulados como de aportes de capital.

QUESTÃO 32 – Sobre os sistemas de custeio utilizados na contabilidade gerencial, assinale a alternativa correta.

- A) O sistema de custeio por absorção atribui aos produtos todos os custos diretos e indiretos de produção, sendo o método aceito pelas normas contábeis para fins societários.
- B) O custeio por absorção, por não distinguir entre custos fixos e variáveis, é inadequado para avaliação de estoques conforme as normas contábeis.
- C) O custeio baseado em atividades (ABC) distribui os custos diretos em função da mão de obra direta utilizada nos departamentos produtivos.
- D) O sistema de custeio direto é obrigatório para fins fiscais no Brasil, pois reconhece apenas os custos fixos como relevantes à produção.
- E) O custeio variável é o único sistema aceito pelas Normas Brasileiras de Contabilidade para mensuração dos estoques no setor público.

QUESTÃO 33 – Com base na legislação vigente e nos princípios constitucionais que regem a destinação de recursos públicos para entes privados, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As transferências voluntárias da União para outros entes federados exigem a celebração de instrumento jurídico, a exemplo de convênios e contratos de repasse, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- B) A destinação de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos depende da comprovação de regular funcionamento e da existência de finalidade pública justificada.
- C) A celebração de convênio com organização da sociedade civil é possível desde que esta entidade demonstre experiência prévia e capacidade técnica.
- D) A execução das transferências voluntárias deve observar os princípios da eficiência, impessoalidade e legalidade, além da prestação de contas ao final da parceria.
- E) As transferências voluntárias entre entes da Federação independem de adimplência fiscal do ente receptor, bastando a previsão orçamentária e a dotação correspondente.

QUESTÃO 34 – Sobre as variações patrimoniais, no contexto da Contabilidade Pública e da aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), assinale a alternativa correta.

- A) A depreciação, a perda por desvalorização de ativos e a amortização são exemplos típicos de variações patrimoniais diminutivas.
- B) As variações patrimoniais aumentativas correspondem exclusivamente às receitas orçamentárias arrecadadas ao longo do exercício.
- C) A variação patrimonial qualitativa ocorre apenas quando há ingresso de novos ativos financeiros no patrimônio público.
- D) Os lançamentos contábeis de variações patrimoniais não afetam o resultado patrimonial da entidade pública.
- E) As variações patrimoniais aumentativas são sempre resultado de superávits orçamentários verificados no balanço financeiro.

QUESTÃO 35 – No que se refere à governança pública e aos mecanismos de controle e fiscalização no Estado brasileiro, considere os princípios constitucionais, a doutrina especializada e os modelos contemporâneos de *accountability*, e assinale a alternativa correta.

- A) O controle interno deve se limitar ao exame da legalidade dos atos administrativos, cabendo exclusivamente ao controle externo avaliar os aspectos de economicidade e legitimidade.
- B) A existência de sistemas de controle internos eficazes é condição fundamental para a efetividade do controle externo e para a promoção da *accountability* pública.
- C) O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas pode determinar sanções administrativas, civis e penais, com força coercitiva imediata.
- D) O controle social é um mecanismo informal e, por isso, não é reconhecido como instrumento legítimo de fiscalização segundo a Constituição Federal.
- E) O controle legislativo sobre os atos do Poder Executivo restringe-se à apreciação anual das contas prestadas pelo Chefe do Executivo, não alcançando a fiscalização de atos de gestão orçamentária ao longo do exercício.

QUESTÃO 36 – No contexto da integração entre planejamento e orçamento público, especialmente à luz das normas constitucionais e das boas práticas de governança, assinale a alternativa correta quanto à função técnica e político-institucional do Plano Plurianual (PPA).

- A) O PPA atua como elo entre o planejamento estratégico governamental e a programação orçamentária, permitindo a articulação intersetorial e a avaliação de resultados de médio prazo.
- B) A principal função do PPA é consolidar os compromissos de governo exclusivamente para fins de avaliação da execução orçamentária pelos Tribunais de Contas.
- C) O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para despesas de caráter obrigatório e não se aplica às despesas discricionárias.
- D) O PPA tem caráter meramente indicativo e não se vincula à Lei Orçamentária Anual, sendo elaborado exclusivamente com base nas prioridades de curto prazo do governo eleito.
- E) O PPA, por ser um instrumento de planejamento, não possui vinculação com a gestão fiscal responsável, estando desobrigado de respeitar os limites da LRF.

QUESTÃO 37 – No processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um dos pontos críticos é a compatibilização entre o planejamento estratégico de médio prazo e os limites fiscais anuais. Sobre os aspectos técnicos e institucionais da LDO, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Define metas e prioridades da Administração Pública Federal para o exercício seguinte, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B) O envio da LDO ao Congresso Nacional deve ocorrer até 15 de outubro de cada exercício, sendo sua aprovação condição prévia para o envio da LOA.
- C) Incorpora o Anexo de Riscos Fiscais, cuja função é identificar passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- D) Deve conter critérios e formas de limitação de empenho, regras para contingenciamento, além de tratar sobre alterações na legislação tributária.
- E) É o principal instrumento de mediação entre o planejamento de médio prazo estabelecido no PPA e a execução orçamentária anual da LOA.

QUESTÃO 38 – Sobre a sistemática de registro, controle e cancelamento dos restos a pagar, nos termos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e das NBCASP, assinale a alternativa correta.

- A) Restos a pagar processados referem-se exclusivamente às despesas empenhadas e liquidadas, ainda que não reconhecidas formalmente como obrigação pela contabilidade patrimonial.
- B) As despesas inscritas em restos a pagar não processados podem ser pagas mesmo que a execução do objeto contratual ainda não tenha sido iniciada, desde que autorizadas pelo ordenador de despesa.
- C) A inscrição de restos a pagar, tanto processados quanto não processados, exige disponibilidade financeira vinculada, conforme exigência expressa da LRF.
- D) O cancelamento dos restos a pagar não processados até o encerramento do exercício subsequente impacta diretamente o resultado orçamentário e, simultaneamente, o resultado patrimonial.
- E) A inscrição de restos a pagar configura mera continuidade da execução orçamentária, sendo dispensada de previsão na LDO ou na programação financeira da entidade.

QUESTÃO 39 – Sobre os regimes contábeis aplicados ao setor público no Brasil, à luz das NBCASP e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- A) O regime de competência é exclusivo para a contabilidade patrimonial, sendo vedada sua aplicação em registros de natureza orçamentária e fiscal.
- B) O reconhecimento das variações patrimoniais diminutivas ocorre somente no momento do desembolso financeiro, conforme regime misto previsto nas NBCASP.
- C) O regime de caixa deve ser utilizado exclusivamente na apuração de restos a pagar processados, conforme determina a LRF.
- D) As receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de caixa, enquanto as despesas orçamentárias seguem, obrigatoriamente, o regime de competência.
- E) A contabilidade pública adota o regime de caixa para a execução orçamentária e o de competência para a contabilidade patrimonial, com o objetivo de evidenciar os efeitos econômicos e fiscais das transações.

QUESTÃO 40 – Com base nos princípios constitucionais e legais que regem o orçamento público no Brasil, especialmente no contexto da responsabilidade fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O princípio da anualidade impõe que a autorização para a realização da despesa pública se restrinja ao exercício financeiro, salvo exceções legais.
- B) O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas do ente público estejam previstas na LOA, incluindo as receitas de fundos e operações de crédito.
- C) O princípio da exclusividade, conforme a Constituição Federal, impede a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa na LOA, com exceção de dispositivos sobre alterações tributárias.
- D) O princípio da transparência orçamentária é atendido pela publicação dos relatórios da LRF, sendo desnecessária a demonstração dos impactos fiscais de programas ou renúncias.
- E) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada, com base em metas e limites definidos em normas legais, e é exercida mediante controle, transparência e prestação de contas.

QUESTÃO 41 – Em relação às hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A inexigibilidade ocorre quando a competição é inviável, como nos casos de fornecedor exclusivo, notório especialista ou contratação de artista consagrado.
- B) A justificativa da inexigibilidade pode ser suprida por atestado genérico de notório conhecimento técnico, sem necessidade de demonstração objetiva da singularidade.
- C) O limite para dispensa de licitação, nas contratações de obras e serviços de engenharia, é de até R\$ 100.000,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço.
- D) A contratação direta por dispensa de licitação é admitida, entre outros casos, para aquisições de pequeno valor, obedecidos os limites legais estabelecidos.
- E) Tanto a dispensa quanto a inexigibilidade de licitação exigem processo administrativo devidamente instruído, com demonstração do motivo da escolha do contratado.

QUESTÃO 42 – Sobre o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas, conforme o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) A Lei nº 14.133/2021 revogou os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 relativos ao tratamento favorecido às ME/EPP nas licitações públicas.
- B) A aplicação do tratamento diferenciado às ME/EPP é obrigatória em qualquer licitação, independentemente da natureza do objeto contratado.
- C) O empate ficto não se aplica nas modalidades pregão e concorrência, por ferir o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.
- D) As ME/EPP não podem ser favorecidas nos critérios de desempate, nos casos de consórcios públicos ou parcerias com organizações da sociedade civil.
- E) A contratação exclusiva para ME/EPP pode ocorrer para itens de até R\$ 480.000,00, desde que haja pluralidade de fornecedores no mercado.

QUESTÃO 43 – Uma empresa realizou as seguintes transações em determinado mês:

- Venda à vista de mercadorias por R\$ 50.000, com custo de R\$ 30.000.
- Pagamento de despesas administrativas de R\$ 5.000.
- Aquisição de veículo à vista, no valor de R\$ 40.000.
- Recebimento de R\$ 10.000 de clientes inadimplentes.
- Reconhecimento de depreciação acumulada do veículo adquirido, no valor de R\$ 2.000.

Considerando os efeitos sobre as contas de resultado e patrimoniais, o resultado líquido do exercício e o efeito no Patrimônio Líquido, após esses lançamentos, serão:

- A) Lucro de R\$ 10.000 e aumento no PL de R\$ 10.000.
- B) Lucro de R\$ 13.000 e aumento no PL de R\$ 13.000.
- C) Lucro de R\$ 15.000 e aumento no PL de R\$ 15.000.
- D) Prejuízo de R\$ 2.000 e redução no PL de R\$ 2.000.
- E) Lucro de R\$ 5.000 e aumento no PL de R\$ 5.000.

QUESTÃO 44 – Acerca da análise dos indicadores econômico-financeiros, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Um índice de liquidez corrente elevado pode indicar segurança financeira de curto prazo, mas também pode refletir ociosidade de ativos.
- B) A margem líquida mede a eficiência operacional da empresa ao considerar exclusivamente os custos variáveis de produção.
- C) A rentabilidade sobre o patrimônio líquido indica a capacidade da empresa de gerar retorno aos seus acionistas a partir de seus próprios recursos.
- D) O giro do ativo mede a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos para gerar receita.
- E) O índice de endividamento geral revela o grau de comprometimento do capital de terceiros na estrutura financeira da entidade.

QUESTÃO 45 – Durante a análise das demonstrações contábeis de uma entidade pública, o auditor identificou que, ao final do exercício, foi registrada como receita do período a quantia de R\$ 240.000 referente a um aluguel de imóvel público cujo contrato previa pagamento antecipado para os próximos 12 meses. Considerando os princípios e NBCASP, bem como o regime de competência e o tratamento adequado das receitas antecipadas, assinale a alternativa correta quanto ao reconhecimento contábil.

- A) Todo o valor deve ser reconhecido como receita orçamentária, visto que foi efetivamente recebido no exercício.
- B) A contabilização como receita no exercício está correta, pois a natureza pública da entidade dispensa a aplicação do regime de competência.
- C) O valor total deve ser reconhecido como receita patrimonial, uma vez que representa ingresso financeiro disponível.
- D) Apenas a fração proporcional ao período do exercício (1/12 do valor) deve ser reconhecida como receita do exercício; o restante configura receita antecipada (passivo).
- E) O valor total deve ser registrado como ativo de exercício seguinte, pois o recurso ainda não foi utilizado.

QUESTÃO 46 – Com base nos indicadores de estrutura de capital e desempenho, assinale a alternativa correta.

- A) O índice de liquidez seca exclui todos os ativos realizáveis de curto prazo, exceto os estoques, por não possuírem liquidez imediata.
- B) A rentabilidade do ativo considera exclusivamente o lucro operacional da entidade sobre o total do passivo exigível.
- C) Um aumento no índice de participação de capital de terceiros pode ser interpretado como melhoria na alavancagem financeira, desde que o retorno do ativo seja inferior ao custo do capital próprio.
- D) O índice de imobilização do patrimônio líquido é irrelevante para análise de solvência, sendo aplicável apenas a empresas do setor primário.
- E) O índice de cobertura de juros mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações financeiras, sendo impactado diretamente pelo resultado operacional.

QUESTÃO 47 – Considerando os aspectos avançados de interpretação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), analise as assertivas abaixo:

- I. A ausência de geração de caixa pelas atividades operacionais por vários exercícios consecutivos pode indicar dependência estrutural da entidade de financiamento externo para manter sua operação.
- II. A reconciliação entre o lucro líquido e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais tem o objetivo de ajustar o regime de competência ao regime de caixa.
- III. A atividade de investimento, na DFC, inclui apenas desembolsos realizados com ativos não circulantes tangíveis.
- IV. No método indireto, a variação nas contas de clientes e fornecedores influencia o fluxo de caixa das atividades operacionais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 48 – Sobre a DFC, em sua integração com as demais demonstrações contábeis, em especial com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No método direto, são ajustados os lucros por competência com itens de natureza não monetária e efeitos de variações nos ativos e passivos operacionais.
- B) A principal diferença entre os métodos direto e indireto da DFC está na apresentação dos fluxos das atividades operacionais, sendo idêntica nas atividades de investimento e financiamento.
- C) A variação do saldo de caixa apresentada na DFC deve ser compatível com a diferença entre os saldos inicial e final de caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial.
- D) O método indireto de elaboração da DFC parte do lucro líquido apurado na DRE, ajustando-o por itens que não afetam o caixa, como depreciação e provisões.
- E) A DFC, ao evidenciar a geração e a utilização de recursos financeiros, contribui para avaliar a liquidez e a solvência da entidade em conjunto com o balanço patrimonial e a DRE.

QUESTÃO 49 – No âmbito da Administração Pública, o suprimento de fundos é um mecanismo utilizado para atender a despesas de pequeno vulto ou caráter urgente. Sobre esse instrumento, à luz das normas de execução orçamentária e financeira e dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O suprimento de fundos deve ser autorizado mediante emissão de empenho na modalidade “despesa por suprimento”, sendo o favorecido o servidor responsável pela aplicação dos recursos.
- B) A prestação de contas dos valores recebidos em suprimento de fundos deve ser feita pelo servidor favorecido, no prazo estipulado em regulamento, sob pena de responsabilização administrativa.
- C) É vedada a concessão de novo suprimento de fundos ao servidor que não tenha prestado contas de um suprimento anterior, salvo em casos excepcionais de força maior, devidamente justificados.
- D) O suprimento de fundos pode ser concedido tanto em caráter excepcional quanto rotineiro, desde que vinculado à continuidade do serviço público e devidamente previsto no planejamento orçamentário.
- E) Em regra, não se admite a utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas com aquisição de material permanente ou contratação de serviços de terceiros que demandem vínculo empregatício.

QUESTÃO 50 – No contexto das finanças públicas e da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa correta.

- A) A receita pública classificada como extraorçamentária deve ser registrada no momento em que os recursos ingressam nos cofres públicos, ainda que destinados ao financiamento de despesas orçamentárias.
- B) A fase do empenho, no ciclo da despesa pública, implica o reconhecimento contábil e patrimonial da obrigação, devendo haver simultaneamente liquidação e pagamento.
- C) O enfoque patrimonial da receita pública está atrelado ao momento da arrecadação, enquanto o enfoque orçamentário considera o momento da inscrição em dívida ativa.
- D) Despesas classificadas como orçamentárias não integram os demonstrativos fiscais, por serem registradas apenas para controle administrativo interno.
- E) O reconhecimento da despesa pública deve considerar o estágio da liquidação, sendo vedado o registro de obrigação antes de sua exigibilidade jurídica, conforme o regime de competência.